

SÍLVIO NEVES BAPTISTA FILHO

**ATOS CONCERTADOS
E A CENTRALIZAÇÃO
DE PROCESSOS
REPETITIVOS**

Londrina/PR

2023



THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

Baptista Filho, Sílvio Neves.
Atos concertados e a centralização de
processos repetitivos. Sílvio Neves
Baptista Filho. – Londrina, PR: Thoth,
2023.

148 p.

Bibliografias: 141-148

ISBN : 978-65-5959-591-4

1. Processo Civil. 2. Cooperação Judiciária
Nacional. 3. Atos concertados. 4. Processos
Estruturais. 5. Tratamento adequado de
demandas. I. Título.

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Milla de Paula

Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaió Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra
por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS.....	11
APRESENTAÇÃO.....	15
PREFÁCIO.....	19
INTRODUÇÃO.....	25

CAPÍTULO 1

A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL.....	33
1.1 A opção do código de Processo Civil pelo modelo cooperativo.....	33
1.2 A eficiência como norte da gestão processual.....	37
1.3 A flexibilização do juiz natural: a possibilidade de compartilhamento e a modificação de competências decorrente de atos de cooperação judiciária ...	42
1.4 Da cooperação judiciária nacional.....	45
1.5 Atos concertados entre juízes cooperantes.....	48
1.6 Da centralização dos processos repetitivos.....	52
1.6.1 O <i>multidistrict litigation</i> e a semelhança com a centralização de processos repetitivos.....	53
1.6.2 A centralização de processos repetitivos como integrante microssistema de resolução de casos repetitivos.....	57
1.6.3 Centralizar para instruir e para decidir.....	59
1.6.4 Critérios de atração para julgamento de processos repetitivos centralizados por concertação de atos.....	61
1.6.5 Da centralização dos processos repetitivos: estratégia de gestão de conflitos judiciais e impacto na gestão da unidade.....	63
1.6.6 A reunião de demandas para julgamento conjunto prevista no artigo § 3º, do CPC: (in)compatibilidade com a centralização de processos repetitivos.....	67
1.7 Da recusa à proposta de concertação de atos.....	70

CAPÍTULO 2

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DA CENTRALIZAÇÃO DE PROCESSOS REPETITIVOS A PARTIR DO CASO CASA DA ESPERANÇA.....	77
2.1 Exposição do caso.....	80

2.2 Percepção dos atores judiciais na centralização dos processos repetitivos a partir do processo envolvendo a Casa da Esperança.....	84
2.2.1 Entrevista com o diretor de secretaria da 6ª Vara Federal de Fortaleza ..	85
2.2.2 Entrevista com o juiz titular da 6ª Vara Federal de Fortaleza	86
2.2.3 Entrevista com o advogado das partes autoras.....	87
2.2.4 Entrevista com o então procurador-geral do Município de Fortaleza ..	88
2.2.5 Entrevista com a representante legal da Fundação Especial Permanente Casa da Esperança	88
2.2.6 Entrevista com o juiz coordenador do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejusc) do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	89
2.3 A ausência de centralização das reclamações trabalhistas e o impacto dos bloqueios judiciais nas contas-correntes na recuperação da Casa da Esperança.....	91
2.4 Caminhos percorridos pelos processos não centralizados na Justiça Federal.....	92

CAPÍTULO 3

O TRATAMENTO ADEQUADO ÀS DEMANDAS CENTRALIZADAS ..	95
3.1 Adequação do tratamento aos processos centralizados: coletivização e processo estrutural	95
3.2 O negócio jurídico processual como instrumento de coletivização das demandas envolvendo a Casa da Esperança	100
3.3 Centralização dos processos para julgamento	101
3.4 A construção conjunta das decisões no esforço constante pela consensualidade	104
3.5 Análise da eficiência no julgamento conjunto decorrente da centralização dos processos ocorrida no caso Casa da Esperança	105

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
4.1 Considerações sobre o estudo de caso realizado.....	109
4.2 Proposições decorrentes das conclusões alcançadas	113

ANEXOS	119
--------------	-----

REFERÊNCIAS	141
-------------------	-----